



# RESENHAS/REVIEWS





SENA, Luzia (Org.). **Ensino religioso e formação docente**. São Paulo: Paulinas, 2006. 148p.

(Religious teaching and teacher qualification)

Amauri Carlos Ferreira\*

O LIVRO **Ensino religioso e formação docente**, organizado por Luzia Sena, abre perspectivas para se pensar a base epistêmica dessa área de conhecimento. Ensino religioso e ciências da religião dialogam neste livro, uma vez que educar, a partir da compreensão de valores advindos de religiões e de fenômenos religiosos, tem sido a preocupação de docentes. Surgido do IX Seminário de Capacitação Docente ocorrido na PUC de São Paulo em outubro de 2006, o livro é resultado da tentativa de refletir sobre as ciências da religião e sua possível relação com o ensino religioso.

Ao se pensar o ensino religioso na escola, torna-se necessário definir o religioso em suas várias dimensões: política, ética, psíquica e social, tendo em vista a sua consolidação como área de conhecimento, conforme a resolução de 02/98 em seu artigo IV.

Ao se tornar área de conhecimento, a educação religiosa exige seu lugar epistêmico, ao que tudo indica circunscrito na teologia ou nas ciências da religião, áreas que podem oferecer fundamentos para se compreender o religioso em abordagens da fé ou do próprio fenômeno enquanto tal. No entanto, há problemas de ordem legal: a ausência de profissionais licenciados para ministrar essa disciplina, tendo apenas habilitações ou permissões de outras áreas ou licenciaturas estaduais que não configuram seu estatuto federal, constitui um entrave para o aprofundamento nessa área e o próprio ordenamento de uma base comum que possa contemplar o saber da área na formação de docentes.

O livro, escrito por profissionais competentes e de domínio do assunto, apresenta ao leitor, de forma agradável, informação e formação de qualidade, levando a compreender a possível aproximação das ciências da religião como fundamento para o ensino religioso. No dizer de Afonso Maria Ligório Soares, apresentador do livro, “o conjunto de reflexões que oferecemos ao leitor leva em consideração a relevância do fator religião na sociedade brasileira e seu papel na compreensão de nossa própria cultura” (p. 10).

No primeiro capítulo, “Educação, ensino religioso e formação docente”, Mário Sérgio Cortela toma o conceito amplo de educação a partir dos processos de socialização e desenvolvimento (físico, intelectual, moral) das pessoas durante a vida. O autor aponta diferenças entre a educação religiosa – que se dá

\* Mestre (PUC-SP) e doutor (Umesp) em Ciências da Religião, professor de Ética e Filosofia da PUC Minas.

todo o tempo – e o ensino, ligado à transmissão de informações e lições, que podem acontecer em lugares diversos, dentre eles a escola, onde ocorre a organização curricular a partir de conteúdos e componentes curriculares. Para o autor, os conteúdos são todos e quaisquer assuntos objeto da ação educativa escolar, enquanto os componentes são disciplinas que compartimentam a presença desses assuntos para a ordenação da grade curricular. Assim, o ensino religioso é um componente curricular necessário para que a educação religiosa possa ocorrer. A partir dessa constatação, Cortela levanta três questões: precisa-se mesmo de educação religiosa? Precisa-se mesmo de ensino religioso? Há ensino religioso? Essas indagações levam a discutir a necessidade de formação superior de docentes em ciências da religião. De forma exemplar, o autor finaliza seu texto mostrando a importância do ensino religioso como “parte fundamental da tarefa educativa e, como tal, precisa de robusta base científica, religiosidade consciente, solidez pedagógica e compromisso cidadão” (p. 20).

Em busca dessa fundamentação, João Décio Passos estabelece mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas para uma melhor compreensão desse componente curricular. O autor defende as ciências da religião como área capaz de oferecer ao ensino religioso conhecimentos suficientes para um desempenho competente dos docentes. Entende o ensino religioso, na escola, sem o pressuposto da fé (que resulta na catequese), sem o pressuposto da religiosidade (que resulta na educação religiosa), mas com o pressuposto pedagógico (que resulta no estudo das religiões). Esse último ressalta o valor fundamental da educação para a cidadania. O autor segue mostrando de que modo o ensino religioso ficou atrelado a fatores políticos e eclesiais, e apresenta três modelos de ensino religioso no interior das escolas: catequético, teológico e o das ciências da religião. Ao defender e apresentar bases epistêmicas para o ensino religioso em nosso país, ao lado das dificuldades e desafios dessa área, fica difícil não concordar com sua argumentação sobre o fundamento das ciências da religião: “Não havendo uma base epistemológica, não há o que ensinar numa área de conhecimento”. Isso torna fundamental a formação do docente em ciências da religião.

O texto de Frank Usarski, “Ciência da religião: uma disciplina referencial”, apresenta a ciência da religião como disciplina de referência para o ensino religioso, trazendo reflexões do contexto alemão para o Brasil, o que configura em alguns momentos um tom forçado de apresentação de realidades completamente distintas, que o próprio autor reconhece:

Seria inoportuno esperar que a sucinta apresentação sobre a relação entre a matéria alternativa ao ensino religioso confessional e a

ciência da religião na Alemanha possa oferecer respostas satisfatórias à questão sobre o possível impacto dos fatos esboçados sobre o debate correspondente no Brasil. (p. 60)

A começar pelo termo “ciência da religião”, usado nos primeiros capítulos do livro. A disciplina, cujo objeto tem passado por discussões acadêmicas, existe desde o início do século XX na Alemanha e, como o próprio autor afirma, foi “bastante revalorizada a partir da década de 70, ou seja, em um momento em que se buscavam respostas construtivas à questão da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas” (p. 48).

O texto de Faustino Teixeira, “Ciências da religião e ensino religioso”, encerra a discussão teórica sobre esse assunto, possibilitando ao leitor visualizar horizontes teóricos para o ensino religioso. O autor apresenta o campo de discussão acadêmica em torno das ciências da religião, mostrando que o estatuto epistemológico dessa área está se configurando em nosso país: “No Brasil, a perspectiva dominante é a das ciências da religião, ou seja, um campo de estudos marcado por multidisciplinaridade, tendo como objeto a religião” (p. 64). Sua contribuição, já contida em outros escritos, apresenta o debate acadêmico em torno da ciência da religião e das ciências da religião, demonstrando que o acordo que se propõe é uma melhor compreensão do fenômeno religioso em toda a sua complexidade. Nesse sentido, ressalta as contribuições que as ciências da religião podem oferecer ao ensino religioso.

Terminada a discussão em torno das ciências da religião e do ensino religioso, o livro toma uma direção mais pragmática, fornecendo informações sobre licenciatura, formação de professores, pesquisa e cursos oferecidos no Brasil, nos níveis de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

Os anexos contêm o documento apresentado ao Conselho Nacional de Educação (2001) e comentários a respeito dele.

O livro é indicado para professores de ensino religioso, pesquisadores e profissionais da educação, pois oferece ao leitor a possibilidade de compreender a problemática do ensino religioso e das ciências da religião, abrangendo seus aspectos legais e teóricos. Os autores atestam sua seriedade e competência ao abrir o debate em torno dessa disciplina e da sua necessidade de fundamentação.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na história da educação brasileira.** Petrópolis: Vozes, 2006. 200p.

(Genesis of an only thought in education: franciscanism and Jesuitism in the history of Brazilian education)

Antônio Francisco da Silva\*

O AUTOR RESGATA ELEMENTOS da história da educação no Brasil a partir da celebração da primeira missa em território nacional, em 1500, por Frei Henrique de Coimbra, que inaugura um tipo de educação contraposto ao dos jesuítas.

O trabalho é fruto de uma larga pesquisa nos centros de documentação para sua tese de doutorado. Resgata Gilberto Freire e outros que, pela itinerância no meio dos pobres que vivem no interior, têm seu trabalho educador e evangelizador profundamente marcado pelo evangelismo de São Francisco. O catolicismo jesuíta, por sua vez, impregnado de modernidade, com sua confiança na razão, dá centralidade à cidade.

O autor recolhe bons argumentos de cada um dos dois tipos de catolicismo. Mostra os constrangimentos vividos pelo catolicismo jesuítico. O fato de abrir colégios suscitava a questão inevitável de como mantê-los e expandi-los. Os franciscanos seguem outro caminho e estabelecem outra pedagogia, procurando construir uma Igreja centrada no diálogo. Também têm suas escolas, a primeira fundada na Laguna dos Patos, em Santa Catarina, em 1538.

Os primeiros estudos superiores no Brasil davam-se no convento Santo Antônio de Pádua, no Rio de Janeiro, em 1650.

A obra contém cinco capítulos. O primeiro – “A ação educacional franciscana no Brasil: um enigma político-pedagógico” – consiste num olhar pormenorizado sobre a história da educação construída pelos franciscanos, que se completa no capítulo 2. O capítulo 1 aborda também os jesuítas que empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Nessa matéria, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia, organizando redes de escolas elementares, colégios e projetos pedagógicos uniformes e bem planejados, onde a *ratio studiorum* ocupava lugar de destaque.

O capítulo 2 – “O problema de fontes” – confessa ter sido difícil essa construção pela exigüidade de fontes. Dessa forma, o trabalho realizado conta com o que há disponível em se tratando de documentos e fontes da época. A história dos franciscanos foi descrita à base de muitos preconceitos, de pouca crítica e de uma renitente preguiça. Assim, tornou-se costume afirmar que

\* Doutor em Ciências da Religião pela PUC de São Paulo; coordenador do Curso de Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso da PUC Minas.

os franciscanos do Brasil escreveram a sua história na areia. Essa quase unanimidade entre os pesquisadores, escorada na declarada escassez de fontes documentais da Ordem e na ausência de crônicas ou textos sobre a sua presença secular em terras brasileiras, justificaria o fato de a ação franciscana ser pouco estudada e, portanto, pouco reconhecida.

O capítulo 3 – “Disputas franciscano-jesuítas: a produção dos silêncios” – trabalha o encontro de duas modalidades de evangelização e educação – uma mais centrada no ambiente rural (franciscanos) e outra, considerada mais moderna, concentrada na cidade (jesuíta). Cresce o movimento dos colonos a partir do trabalho dos franciscanos contra os jesuítas sediados em São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão. Esse movimento tem repercussões internacionais.

O capítulo 4 – “Dois métodos, dois modos de pensar” – discute os dois modelos de educação e evangelização, o dos franciscanos e o dos jesuítas, com suas respectivas estratégias de financiamento.

O capítulo 5 – “Gênese do pensamento único da educação” – parte do confronto entre franciscanismo e jesuitismo para construir um modelo unificador de educação no território brasileiro. Mereceram destaque no levantamento feito a centralidade dos trabalhos educativos e evangelizadores de ambas as congregações, a centralidade na Palavra e a inspiração para a poesia como contribuição dos franciscanos herdada pela cultura brasileira. A contribuição jesuíta reside mais no fundamento aristotélico-tomista e na preocupação em transmitir a doutrina, de forma integrada à cultura dos colonizadores.

O autor ressalta a autoridade inquestionável dos primeiros que escreveram a história do Brasil, mesmo sem uma crítica sobre questões disputadas, como as que giraram em torno das primazias missionárias. No campo da história da educação brasileira, comenta que nem sempre se estabeleceram conexões entre acontecimentos nacionais e internacionais.

Para o autor, a Ordem Franciscana ainda merece estudos mais aprofundados sobre suas vidas e ações, que tentavam resgatar o espírito da Igreja dos Atos dos Apóstolos.

A despeito da ênfase dada ao longo do tempo à atividade missionária e educacional da Companhia de Jesus, o autor privilegia a ação missionária e educacional dos franciscanos no Brasil, desde 1500, procurando tirá-la do esquecimento. Sem valorizar um em detrimento de outro, resgata a militância de ambos na educação brasileira.

A obra aqui resenhada permite constatar que os fundamentos educacionais lançados pelos jesuítas e franciscanos geram um grande caminho de construção da diversidade, que inclui tanto a defesa dos mais empobrecidos quanto a importância de cabeças pensantes na busca de dias melhores e de uma história mais fecunda na atualidade.

TREVISAN, A. **Santo Tomás de Aquino – O credo: tradução, prefácio, introdução e notas.** Petrópolis: Vozes, 2006.

(Saint Thomas of Aquinas – The Creed: translation, preface, introduction and notes)

Ivonei Antônio de Oliveira\*

SANTO TOMÁS DE AQUINO, o “Doutor Angélico”, frade dominicano, produziu uma enormidade intelectual. Como todos os grandes autores, deixou seguidores apaixonados, como também assíduos contestadores. Em 1273, a convite do então Arcebispo de Nápoles, Santo Tomás elabora um comentário sobre o credo católico. Trevisan os traduz, graças aos apontamentos de um confrade de Tomás, Frei Pedro de Andria, que logicamente não influenciou o pensamento original de Santo Tomás, nem mesmo o modificou, simplesmente o relatou. As palavras, os pensamentos, estruturados em 12 artigos, pertencem a Santo Tomás.

O credo elenca uma série de princípios pelos quais uma pessoa conforma a sua conduta. Para aquele que tem fé e acredita, o credo atrai, resume posições, condensa em sua brevidade argumentos complexos e extensos. Tem também o objetivo de criar uma linguagem comum e usual entre seus adeptos. Chama-se credo ou “símbolo da fé” por causa da primeira palavra que geralmente o inicia: “Creio”. Para aquele que se professa incrédulo, o credo, ao contrário, cria aversão e não explica de modo satisfatório a questão teológica em pauta.

Para os que não crêem, o credo de Santo Tomás é intrigante e estimulante. Penetrar em seu pensamento, decodificar suas idéias torna-se tarefa audaz e grandiosa. Uma estruturação intelectual numa lógica aristotélica, seqüencial, pode não saciar todos os apetites, pode tornar-se desafiante.

Para aqueles que crêem, Santo Tomás é grande catequista. Numa linguagem segura, com uma lógica rígida, ele apresenta os artigos do credo e ilumina paulatinamente cada lacuna do leitor. Recorrendo sempre ao Antigo e ao Novo Testamento, vai desenrolando as questões mais espinhosas, tornando-as mais límpidas. Sua sagacidade impressiona, sua desenvoltura cativa. Explica nos 12 artigos as três partes distintas do credo da Igreja Católica Apostólica Romana, que falam respectivamente da trindade Pai, Filho e Espírito Santo. O número de artigos manifesta também uma antiga tradição cristã, pois é o número das tribos de Israel, do Primeiro Testamento, e dos apóstolos de Jesus Cristo, no Novo Testamento.

Apesar de Santo Tomás ter vivido num tempo e ambiente muito diferentes do hodierno, suas palavras, seu modo de escrever, sua lógica interna não decepcionam, ao contrário, mostram-se surpreendentemente atuais. A linguagem é precisa, as idéias sagazes e os termos teológicos adequados à discussão.

\* Mestre em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma – Itália; sacerdote incardinado na Arquidiocese de Diamantina; professor de Sagrada Escritura no Seminário Provincial de Diamantina e Seminário Dom José André Coimbra, em Patos de Minas.

BENELLI, Sílvio José. **Pescadores de homens**. Estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 330p.

(Fishers of men. A psycho-social study of a Catholic seminary)

João Batista Libanio\*

QUE FORMADOR NÃO QUER saber como ele faz parte de uma “fábrica” que forma o futuro sacerdote ou religioso? Que seminarista não gostaria de ter idéia do processo a que está submetido no tempo de formação num seminário ou num convento? Que homem e mulher de Igreja não se interessam por conhecer como se forma o futuro clero? E até mesmo pessoas alheias à Igreja, mas interessadas num tipo de análise institucional, lerão com proveito o livro. O alcance vai além da Igreja. Entra pela academia afora. Enfim, todo leitor aprende a trabalhar com tal análise, que serve para ler outras instituições existentes na sociedade. Amplo alcance.

São perguntas existenciais, práticas, mas que envolvem uma teia de relações sutis que escapam ao olhar ingênuo e imediato das pessoas. Aproximar-se dessa realidade com instrumentos teóricos permite desvelar mecanismos ocultos ou que se manifestam sob luz diferente. A realidade humana permite muitos ângulos de leitura. Nenhum a esgota, nenhum merece a confiança total. Cada um se acerca do real e desvenda-lhe rincão, lança luz nas sombras que o envolvem.

Diante do leitor está um seminário concreto com alunos que estudam filosofia num regime de internato. Tem nome, lugar e data, embora o livro não os nomeie por ética profissional. Mas a vantagem das análises teóricas consiste em ir tão fundo que arranca desse dado bem concreto e limitado elementos universais que iluminam outras situações. O leitor, ao confrontar as análises com sua vida de formador ou de formando, em outro momento e situação, perceberá aspectos que lhe escaparam até hoje.

O foco principal concentra-se na instituição seminário, composta fundamentalmente pela equipe de formadores, funcionários e seminaristas, enquanto configura, com seu sistema de regras, um tipo de subjetividade seminarística em vista de ser o padre de amanhã com papel de relevância na Igreja e no âmbito social de sua atividade.

Aproximar-se-ia equivocadamente da leitura quem tivesse as posturas extremas de querer encontrar no texto uma diatribe contra o seminário ou um discurso laudatório. No primeiro caso, confirmaria críticas preconceituosas ou se poria em atitude defensiva de quem enfrenta um inimigo. E quem quisesse um texto de glorificação paradisíaca do seminário, em geral produzida em festas comemorativas, decepcionar-se-ia enormemente. Trata-

\* Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, professor de Teologia Fundamental do Instituto Santo Inácio – Faje, Belo Horizonte (MG), e membro do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas.

se de um texto que se policia continuamente em vista da objetividade possível de uma pesquisa em instituições humanas. E se os resultados finais carregam a tinta nos aspectos deficitários do seminário, não nascem de nenhum *a priori* nem de um desejo de difamá-lo. Há o pressuposto de que a verdade tem força de libertação quando assumida na sua transparência. Assim se faz possível que um corpo social se lance para futuro mais auspicioso que o presente carregado de deficiências.

O livro orquestra três movimentos em bela polifonia. O primeiro tem a gravidade e solenidade acadêmica da elaboração do instrumental teórico. O texto situa-se no mundo acadêmico das dissertações de mestrado que ressudam cientificidade, rigor de fontes compulsadas, limpidez epistemológica, metodologia exata. Dois autores principais compõem a melodia fundamental: E. Goffman e M. Foucault. Acompanha-os com substanciosa contribuição A. Costa-Rosa. Acordes menores vieram de outros compositores.

E. Goffman compôs a linha musical que faz soar ao ouvido os sons pesados da instituição total. Esquadrinha-a rigorosamente. Oferece excelente instrumental de análise para o seminário, incluído, sem negar-lhe especificidade própria, entre as instituições totais. Permite perceber o entrecruzamento dos planos macro e micro dos fenômenos que ocorrem em instituições de natureza fechada, onde as diversas atividades se vivem em espaço único. Há um jogo sutil nas instituições totais entre forças que se medem conflituosamente no plano macro e microfísico, assumindo estratégias diversificadas. O olhar clínico de Goffman vai habilitar o estudo monográfico de captar sob essa ótica a trama vivida no interior de determinado seminário.

Completando e, sob certo aspecto, corrigindo os limites ainda funcionalistas de Goffman, a dissertação apóia-se em escritos de M. Foucault, que oferece elementos importantes para o estudo microfísico de uma instituição disciplinar como o seminário. Detecta-se uma “microfísica do poder” que se constitui de “técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, importantes porque definem certo modo de investimento político e detalhado do corpo”. O olhar arguto de Foucault permite perceber a disciplina “em anatomia política do detalhe” e identificá-la atuando no seminário.

O leitor não se deve sentir oprimido pelo peso teórico e metodológico dos inícios da dissertação, necessários num texto acadêmico, porque o aguardam dois outros movimentos que lhe trarão nem sempre melodias agradáveis. Os sons são feitos também para revelar a verdade do compositor e não simplesmente para afagar ouvidos.

O segundo movimento construiu-se com a pauta da pesquisa desenvolvida no seminário, descrevendo-lhe os sujeitos, os seus

instrumentos, predominando a observação participante qualitativa, rigorosa, sistemática e vivencial com entrevistas de tipo não estruturado. Os resultados foram sendo submetidos à problematização. Processou-se também uma análise do discurso do sujeito coletivo – seminarista e formador. Esse conjunto imponente permitiu ao autor ir detalhando a verdade institucional do seminário. Emerge do texto a figura do seminarista e do formador, entrecruzando-se os discursos por eles produzidos com a malha de práticas que lhes tecem a vida. O leitor visita detalhadamente com o autor os rincões diversificados da vida dos principais sujeitos. O mundo do seminarista aparece na trajetória de sua vida – carreira moral –, nos processos a que é submetido: disciplina, vida comunitária, solidão do quarto, assembleias, festas. Soam termos pesados como “processo de tiranização”, “de arregimentação”, “sistema de autoridade escalonada”, “sistema de privilégios”, “sistema de ajustamentos secundários”, que atravessam a vida dos seminaristas e dos formadores de modo diferente, numa relação dialética. Quem viveu ou vive em tal instituição total se reconhece nos discursos e nas práticas, com certa facilidade e clareza na descrição feita e agora tornada mais clara e explícita pelo arcabouço teórico usado.

O último e mais importante movimento soa próximo a uma missa de réquiem. O tema não dependeu do compositor, mas lhe foi dado pela realidade. Em termos de páginas parece um apêndice, mas aí se concentra o fruto de todo o processo.

São conseqüências que naturalmente não significam o “juízo final” sobre o seminário, mas servem para levar os envolvidos nessa instituição a considerá-las com a seriedade que merece. Nos desejos de todos está que ele seja um lugar da liberdade que cresce por decisões conscientes, pessoais e responsáveis. E a ajuda de fora não quer ser um rolo compressor. As análises apontam, no entanto, para uma normatização e uniformização disciplinar, sobretudo propiciada pelas práticas em uso, desde os relatórios semestrais até a vigilância escalonada e o exame. Os seminaristas percebem o próprio comportamento, a conduta visível sob contínua observação. Cria-se uma lógica do *panopticon*: visibilidade, vigilância hierárquica, exame, sanção normalizadora. Os formadores desenvolvem um papel interditor e promotor em relação a eles de tal modo que se prolonga uma situação de dependência e, não raro, cheia de medo e angústia.

Uma instituição tipicamente disciplinar lança mão de uma tecnologia complexa que engendra infantilização social, jogos ambíguos de ajustes. Entre os próprios seminaristas, as relações se carregam de conflitos de diversas naturezas, ora obscuros, ora visíveis.

Observação dura e contundente refere-se à política contraditória que “pode estar produzindo nos seminaristas internados

comportamentos bastante próximos do perverso”. Com isso, o autor quer dizer que eles criam um mecanismo psíquico de defesa que se caracteriza pelo não reconhecimento de uma situação traumatizante e pela coexistência no eu de duas atitudes contraditórias para com a realidade, em que ambas persistem e não se influenciam. Assim, no caso do celibato, coincidiriam no mesmo sujeito uma atitude de sua afirmação e na prática de sua negação, sem que essas duas posturas se conflitassem numa persistência passiva. Há um reconhecimento e desconhecimento tácito da realidade.

Uma conclusão forte diz que “o processo formativo no Seminário Filosófico não faz o que diz, ou se faz, faz de modo sofrível, segundo os seminaristas. Mas pelo contrário, também faz o que não diz, e o faz muito bem”. É quase um decreto de falência.

Esta virá se a instituição não buscar honestamente solução. O livro está aí provocando os seminários a encontrarem respostas novas para se modificarem e então conseguirem a finalidade a que aspiram. Não carrega pessimismo, mas realismo. A tristeza do desenrolar não vem da análise, mas de não lhe atender os limites e falhas indicados.

É um tipo de análise que conhece os limites. Não se debruça sobre a dimensão puramente pessoal, a ação de Deus, a dimensão estritamente mística, que escapam da observação. Não se dirige primeiramente a analisar a liberdade humana. Embora essas dimensões estejam sempre pressupostas e apareçam nas entrelinhas, não caem diretamente sob o crivo analítico. Desvela a contradição presente na instituição entre o discurso e as práticas disciplinares, sem enveredar pelo discurso espiritualista ou moralista, por coerência metodológica.

Há uma questão mais ampla que o autor não abordou explicitamente porque talvez fugisse de sua ótica. O seminário existe em função da formação do ministro ordenado nos moldes presentes. A figura atual desse ministro condiciona o sistema que o forma, como este decide sobre seu perfil. Há uma dialeticidade entre o tipo de sacerdote de hoje e o seminário que o molda. Tudo isso está dito na dissertação. No entanto, não se tratava de estudar nem histórica nem estruturalmente a compreensão que a Igreja Católica faz do seu ministério. O livro levanta, porém, a pergunta: será que a falência dessa instituição não significa que se exige uma reformulação radical da figura do próprio ministro ordenado? Não se está à espera de nova teologia do ministério que não seja o reforço da atual figura?

Em grande parte, embora não dito, está no centro a questão de como formar alguém para o celibato num tipo de ministério que não parece intrinsecamente vinculado com ele. Diferentemente da vida religiosa em que a pessoa entra com o projeto de vida em castidade consagrada e de dentro dela organiza o res-

tante de sua vocação. No caso do ministro ordenado, o centro da vocação é a dimensão pastoral no sentido amplo da presidência celebrativa dos sacramentos, da animação de uma comunidade de fiéis, da condução de uma paróquia. E a essa vocação a Igreja do Ocidente vinculou necessariamente o celibato. E fazer perceber ao seminarista tal elo para além de uma injunção autoritativa desafia os formadores. E em torno desse repto se organiza o seminário, recorrendo ao modelo da “instituição total”. E o preço que se paga com tal modo de institucionalização para conseguir formar ministros ordenados celibatários foi o objeto principal dessa pesquisa.

Mesmo discordando de muitas conclusões ou mesmo tendo reservas críticas ao modelo teórico escolhido, evidentemente sujeito a limites e vieses, um mínimo de honestidade e lealdade humanas pede que se debruce sobre os resultados para rever em profundidade não só a estruturação do seminário, mas sobretudo o conjunto dos ministérios na Igreja. Há um círculo vicioso que deve ser quebrado do lado que tem maior chance de modificar a situação. E este é certamente a concepção mesma de ministério ordenado.

Nesse limiar de questionamento nos deixou a leitura do livro. Esse simples resultado mostra a gravidade da questão, que foi abordada com seriedade, honestidade, nos limites do marco teórico assumido. Como toda boa teoria, tornou-nos a realidade mais clara, transparente, permitindo-nos maior lucidez diante dela. Outros estudos podem vir, e serão bem-vindos, no sentido de completar, matizar, aprofundar, validar ou mesmo invalidar alguma consequência. O debate está aberto. Que entre nele o maior número de pessoas para que surja mais luz em benefício da Igreja, que se apóia enormemente nesse ministério para a atuação pastoral.

---

ESTRADA, Juan Antonio. **A impossível teodicéia**: a crise de fé em Deus e o problema do mal. São Paulo: Paulinas, 2004. 448p.

(The impossible theodicy: the crisis of faith in God and the problem of evil)

Lindomar Rocha Mota\*

NUM ENSAIO BASTANTE METÓDICO, Juan Antonio Estrada retoma um tema clássico da filosofia e da teologia racional, o da defesa de Deus. O termo “teodicéia” foi criado pelo filósofo alemão Leibniz, em 1710. Com o tratado **Teodicéia: ensaios sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal**, Leibniz retomou a polêmica dos epicuristas contra os estóicos,

\* Doutor em Filosofia Moderna e mestre em História da Filosofia e Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, professor da PUC Minas e da Fafidia.

que assim se formulava: “Deus não quer, ou não pode, ou pode e não quer, ou nem quer nem pode, ou quer e pode eliminar o mal. Se quer e não pode, é impotente: o que Deus não pode ser. Se pode e não quer, é invejoso, o que igualmente é contrário a Deus. Se não quer nem pode, é invejoso e impotente, portanto não é Deus. Se quer e pode – única coisa que convém a Deus –, qual a origem da existência do mal e por que não o elimina?”.

A questão aqui é: como pode o mal subsistir num mundo originariamente bom? Tratar-se-ia de uma realidade autônoma contrária a Deus ou de um acidente na ordem da criação? Entretanto, como o mal faz parte de nossa experiência cotidiana em suas três dimensões clássicas – mal metafísico, mal físico e mal moral – como ficam o poder e a bondade de Deus frente a essa constatação?

Estrada examina minuciosamente as principais correntes filosóficas que se debruçaram sobre esse problema e aponta uma saída original para a questão.

A partir da página 261, o autor identifica o fracasso da teodicéia no século XVIII, iniciada com a experiência do mal em escalas nunca presenciadas pela humanidade. Se até então prevalecia a visão leibniziana de um mundo organizado, Voltaire, filósofo francês, rejeita a tese fundamental da defesa de Deus quando afirma que “na lei geral o mal é um bem”.

Com essa ruptura sempre crescente contra a teodicéia, Estrada sustenta que elaborar um argumento para isentar ou incluir Deus na problemática do mal parece ser um discurso sem futuro, um *ad infinitum* onde nunca se chegaria a uma solução cujo resultado não fosse igual a zero.

No capítulo VII, após explicar as principais correntes e pensadores envolvidos na teodicéia, o autor inicia a exposição da tese central. Embora não se trate de uma teologia racional, pois o acento é posto na interpretação cristã do mundo, Estrada toma posição por um único tipo de mal, o mal moral. Nele, o importante não é a discussão teórica que se faz frente à origem e a causa do mal, mas sua constatação e enfrentamento.

A tarefa do pensamento para resolver a problemática do mal passa a ser, em certo modo, a tarefa da religião para manter o indivíduo de pé na presença do mal. Estrada inverte a colocação da questão e se pergunta se essa não é, embora aparentemente absurda, a tarefa da religião.

Trata-se de uma nova perspectiva afrontada pelo autor. Colocar-se de pé ante a experiência do mal, principalmente quando ele se torna exposto, como em nossa época, exige o abandono da busca de sentido e de perfeição nas estruturas do universo ou na racionalidade humana, para gerar um interesse maior sobre a solidariedade para com as vítimas de tantas maldades físicas, metafísicas e morais.

A leitura de **A impossível teodicéia** de Juan Antonio Estrada pode revelar-se um exercício bastante interessante para quem deseja investigar o desenrolar da defesa de Deus frente às acusações que lhe foram imputadas no decorrer da história pela existência do mal. Por outro lado, o autor tem a vantagem de se referir às experiências concretas do nosso século e do nosso modo de sentir as dores contemporâneas. É um livro recomendável para pesquisa científica ou simplesmente para aqueles que se interessam pelo problema do mal e suas relações complicadas com a bondade de Deus.

USARSKI, Frank. **Constituintes da Ciência da Religião**: cinco ensaios em prol de uma disciplina. São Paulo: Paulinas, 2006. 140p.

(Constituents of the science of religion: five essays on behalf of a discipline)

Roberlei Panasiewicz\*

A CIÊNCIA DA RELIGIÃO (CR) é uma disciplina relativamente nova e que busca sua consolidação. Este livro quer contribuir nessa direção. Assim, reúne cinco ensaios publicados entre 2001 e 2005. Cada texto representa um raciocínio coeso sobre determinado aspecto da complexa problemática da constituição meta-teórica e do *status* institucional da CR. Os artigos dedicam-se à elaboração e problematização de determinados aspectos implícitos na leitura da CR enquanto sistema social que deve sua existência à dinâmica interna gerada por seus próprios constituintes.

O primeiro capítulo, “O caminho da institucionalização da Ciência da Religião: reflexões sobre a fase formativa da disciplina”, inicia-se com a problematização em torno desse tema (a primeira cátedra em CR foi em 1873). O ponto de partida da CR é de tipo ideal: “É a filha emancipada da Teologia”. Possui uma vasta área de pesquisa e neutralidade diante dos seus objetos (sem interesse apologético ou missionário). As competências-chave são a consciência da “relatividade” e a postura de um “não-etnocentrismo” diante das expressões múltiplas no mundo religioso. Um pré-requisito espiritual para a institucionalização da CR foi a valorização da história mundana como verdadeiro cenário do progresso humano; isso possibilitou o surgimento da “história das religiões” (cerca de cem anos antes da primeira cátedra em CR). Outro pré-requisito será dado por Schleiermacher ao localizar a verdadeira fonte da religião no interior do ser humano, na sua psique. Isso será retomado na “fenomenologia da religião”. Os pré-requisitos instrumentais para a institucio-

\* Doutor e mestre em Ciência da Religião pela UFJF. Coordenador do Ispal (Instituto Superior de Pastoral) e membro da Coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. Professor da Fumec e Ista.

nalização acadêmica da CR vieram da exploração geográfica e penetração econômica, técnica e política do espaço global (Lanczkowski). A época dos descobrimentos proporciona conseqüências importantes na filologia: desperta interesse pela literatura religiosa de seus povos, embora a tradução de textos sagrados nem sempre tivesse interesse acadêmico.

É com Max Müller que a CR adquire o sentido de uma disciplina própria, em 1867. Explicita que deveria ser uma disciplina comparativa (1870). Quatro anos mais tarde emergem Cornelius Peter Tiele e Daniel Chantepie que, junto com Müller, serão considerados os fundadores da CR. Além das cátedras, a “oficialização” da CR se dará com o surgimento de periódicos e congressos, fortalecendo a consciência de integridade da própria comunidade científica.

No segundo capítulo, “Os enganos sobre o sagrado: uma síntese da crítica ao ramo ‘clássico’ da fenomenologia da religião e seus conceitos-chave”, Usarski aponta o uso aleatório e pouco indicativo da palavra “sagrado”. Divide sua reflexão em dois momentos. Ao falar sobre “as implicações ontológicas e antropológicas da fenomenologia da religião e as conseqüências para a abordagem ao mundo religioso empírico”, comenta a afirmação de Nathan Söderblom, em 1913, de que o sagrado assumiu um significado ontológico e que complementa o profano; ambos constituem o ser em sua totalidade; o sagrado é o “totalmente outro”. O foco de interesse dos clássicos da fenomenologia da religião ao conceito de sagrado está na experiência humana do numinoso (para Rudolf Otto é a esfera sobrenatural da existência ainda isenta de qualquer ideação ou elemento racional), ou seja, na reação do sujeito religioso aos chamados do sagrado. No ser humano há um *sensus numinis* que possibilita a sensação ambígua do sagrado como *mysterium tremendum et fascinans* (“mistério tremendo e fascinante” e *numen* é a vontade, atuação ou essência divina). Tocado pela essência divina, o ser humano concretiza sua relação com o sagrado através de símbolos, ritos e expressões estéticas. A preocupação de um fenomenólogo da religião é, no sentido clássico, transpassar a multiplicidade dos fatos e compreender a essência da religião (sagrado como universal, único e trans-histórico). É deixar-se penetrar pelo emocionalmente numinoso e experimentá-lo. No segundo momento apresenta as críticas à fenomenologia da religião e à compreensão de sagrado.

No terceiro capítulo, “Perfil paradigmático da CR na Alemanha”, o autor divide sua reflexão em quatro momentos. Primeiramente, apresenta o conceito de paradigma e suas implicações metateóricas. Propõe a definição dada por Thomas S. Kuhn, que “considera ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas

e soluções para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, pois dá um tratamento sintético às três dimensões de uma ciência: a filosófica, a sociológica e a histórica. O segundo momento refere-se à CR e suas predisposições metarreflexivas, mostrando que a CR passa por uma crise permanente, pois está longe da normalidade. (Para Kuhn, a ciência normal indica o estado maduro de uma disciplina). Depois cita os motivos da metarreflexão no contexto da CR na Alemanha: a tensão entre tendências reducionistas e fenomenológicas; o próprio objeto de estudo (religião ou religiões); a questão da disciplina ou campo disciplinar e a relação entre CR e Teologia. Por fim, apresenta o perfil paradigmático da CR na Alemanha. Aponta a exclusão da categoria do “sagrado” do repertório conceitual por sua inacessibilidade empírica. Para Otto, o sagrado designava categoria central, a essência de cada religião, perspectiva negada pelos representantes do atual paradigma da CR. As religiões são mais “sistemas de sentido” (Berger e Geertz). A CR tem função metateórica (Joachim Wach), com dois ramos distintos, mas interligados: o empírico-histórico e o sistemático.

O quarto capítulo, “Descendo a torre de marfim: o impacto do discurso público sobre ‘seitas’ na CR na Alemanha”, faz uma retrospectiva, apresentando a CR diante do surgimento de novos movimentos religiosos na Alemanha, a partir de 1970. Fenômeno polêmico. Os cientistas da religião pesquisaram tardiamente o assunto por duas razões: falta de consciência da relevância do fenômeno e por manter neutralidade ao objeto de estudo. A seguir, mostra a mudança no programa de CR nas universidades, pois a maioria não representava mais o cientista da religião padrão, proveniente de uma religiosidade luterana ou pelo menos cristã. Surge a associação Remid, de ex-alunos, em 1989, como serviço de informação e materiais sobre fenômenos religiosos contemporâneos. Do informal e periférico acabou passando ao profissional e de referência internacional.

O quinto capítulo, “O potencial da CR de criticar ideologias: um esboço sistemático”, diz ser consensual na Alemanha que a crítica à ideologia faça parte da disciplina CR. Kurt Rudolph tratou dessa atitude do cientista da religião em 1978 como “agnosticismo metodológico”. Em seguida apresenta a doutrina de ídolos de Francis Bacon (1561-1626) como base conceitual da reflexão sobre o potencial da crítica à ideologia da CR. Ele identificou quatro obstáculos que dificultam ou impedem um conhecimento adequado da realidade e denominou-os de ídolos: da tribo, da caverna, do mercado e do teatro. Apresenta e propõe uma discussão desses ídolos. Em seguida exemplifica o potencial crítico da CR, comentando o artigo de Hubert Seiwert sobre a análise do problema das seitas na Alemanha. Outro exemplo desse potencial crítico refere-se ao ensino religioso não confessional

através de disciplinas com nomes como “Conhecimento sobre religiões”, “Normas e valores” ou “Ética”, para os alunos que não queiram participar das aulas de orientação cristã. Nessa direção, comenta o artigo de Peter Antes e o manual didático de Udo Tworuschka. Trabalha a idéia de que tanto a CR quanto o cientista da religião são destinatários de uma crítica à ideologia.

Por fim, há uma entrevista concedida aos alunos de pós-graduação em Ciências da Religião da PUC-SP, em 2002, sobre a interação ciência e religião. Este livro, reunindo os cinco ensaios de Frank Usarski, é de grande importância para os interessados em conhecer o percurso e participar do debate da institucionalização e consolidação da disciplina Ciência da Religião.

---

CONGAR, Yves. **Ele é o Senhor e dá a vida**. São Paulo: Paulinas, 2005. 304p.

(He is the Lord and bestows life)

Roberlei Panasiewicz\*

A COLEÇÃO **Creio no Espírito Santo** é uma homenagem ao teólogo católico e cardeal Yves Congar (1904-1995). Este é o segundo volume e tem como título **Ele é o Senhor e dá a vida**, num total de três volumes. É sobretudo a partir dos escritos bíblicos, das obras dos Santos Padres e de grandes teólogos que o autor fundamenta sua reflexão, que tem por objetivo apontar a importância do Espírito Santo para a Igreja cristã, para a vida das pessoas e, por fim, destaca pontos positivos e críticos do movimento da Renovação Carismática. Divide sua obra em três partes.

A primeira tem como tema “O Espírito anima a Igreja”. O autor divide sua reflexão em cinco capítulos. Há uma retomada dos Santos Padres e dos apóstolos para reafirmar que o Espírito Santo é o “co-instintuente da Igreja”. Relembra Santo Tomás e afirma que a Igreja nasceu e vive de duas “missões”. Missão, aqui, supõe relação com aquele que envia, o Pai. O Verbo e o Espírito vêm para estabelecer nova relação com a criatura. A processão (do Verbo e do Espírito) os coloca na eterna Trindade. Na escolha dos doze apóstolos e na edificação da Igreja há cooperação e inspiração do Espírito Santo. A missão do Espírito é edificar o corpo de Cristo. A pneumatologia é em referência à obra de Cristo e à palavra de Deus. Em seguida, afirma que o “Espírito é princípio de comunhão”, propicia que a Igreja seja una e viva em harmonia. Com Santo Agostinho diz que é preciso estar no corpo de Cristo para ter o Espírito de Cristo (e vice-versa). O Espírito de Deus conduz à unidade e anima a

\* Doutor e mestre em Ciência da Religião pela UFJF. Coordenador do Ispal (Instituto Superior de Pastoral) e membro da Coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. Professor da Fumec e Ista.

diversidade. Ele sustenta a hierarquia pastoral. O Espírito opera também na comunhão dos santos para além do tempo e do espaço. No terceiro momento, mostra que a unidade que o Espírito suscita é o “princípio de catolicidade”. Não se pode tirar de Cristo nem da Igreja, por particulares que sejam, a universalidade. O Espírito é, na Igreja, poder de difusão de fé e de vida. A Igreja é a inversão de Babel, anunciando uma inculturação do próprio evangelho, da própria fé em solos culturais variados e diferentes. O mesmo Espírito catoliciza a Igreja no avançar da Igreja; a revelação-inspiração da época apostólica não está no mesmo plano da ação constante do Espírito na vida da Igreja assim fundada. O Espírito mantém a Igreja apostólica. Por fim, diz ser o Espírito o “princípio de santidade da Igreja”, pois ele habita o seu templo. Isso torna a Igreja sacramento de salvação para a humanidade. O Espírito Santo suscita a irradiação da santidade através de almas humanas escondidas em Deus e que, em sua vida, mudam outras vidas. Retoma a expressão “comunhão dos santos”, de pouco antes do ano 400, e mostra que essa comunhão se estende aos bem-aventurados do céu e aos falecidos que passam além do véu que os esconde de nossos olhos.

A segunda parte tem como tema “O sopro de Deus em nossas vidas pessoais”. Divide sua análise em sete capítulos. Ao refletir sobre o “Espírito e o homem no plano de Deus”, diz ser o Espírito o princípio realizador do “mistério cristão”, ou seja, o mistério do Filho de Deus fazendo os homens nascer como filhos de Deus. O Espírito é dom absoluto, prometido em plenitude escatológica, possuído em adiantamento durante a vida presente. Em seguida apresenta o “dom do Espírito nos tempos messiânicos”, afirmando que só Deus é santo, só Deus santifica. É santo aquele que é colocado sob sua pertença. A história revelada da santidade tem sua verdade já na antiga aliança. Entretanto, o Espírito não é concedido nem revelado na antiga aliança nas mesmas condições que na nova aliança, a da Encarnação e Pentecostes. Retoma São João Crisóstomo e São Cirilo para dizer que a Páscoa-glorificação de Cristo inaugurou um regime novo através da comunicação do Espírito aos homens. No terceiro capítulo, reflete sobre a habitação do Espírito Santo e diz que há explicações variadas. Deus está em todos os lugares e em lugar nenhum, porque ele é espiritual; estabelece relação filial e escatológica com sua criatura e é graça incriada. As reflexões teológicas dos Santos Padres, tanto do Ocidente quanto do Oriente, são unânimes em afirmar que o que a divindade faz fora de si é obra comum das três pessoas. O Segundo Testamento atribui uma obra a cada pessoa e descreve uma concelebração dos três. Mostra também que os teólogos de hoje se inspiraram nos padres gregos, os primeiros a lutar pela fé trinitária. Exemplifica com Santo Atanásio, São Gregório de Nissa, São Basílio, São

Cirilo de Alexandria. Entretanto, hoje, na linha descendente de causalidade eficiente, os três operam juntos, mas segundo a ordem de processão ou a marca hipostática de cada pessoa (p. 129). Os padres orientais pensavam essa comunidade a partir da consubstancialidade e da circunsessão das pessoas. Os padres ocidentais atribuíam à essência ou à natureza aquilo que é justo, mas corre o risco de dirigir a reflexão para um sentido menos personalizado e de considerar a graça que nos faz filhos adotivos (é a realidade “entitativa” de “acidente”: a graça criada). No capítulo seguinte, sobre a vida no Espírito e segundo o Espírito, o autor mostra, a partir de textos do Segundo Testamento e dos Santos Padres, que o Espírito Santo realiza, personaliza e interioriza a vida “em Cristo”, pois ser cristão é estar em Cristo. Isso significa vida filial: “O Espírito nos leva ao Filho, que nos leva ao Pai”. Filiação presente e filiação escatológica; “já” e “ainda não”. No quinto capítulo, “O Espírito Santo e nossa oração”, diz que o traço característico das orações da Igreja clamam pela vinda do Espírito. Toda liturgia segue a seguinte estrutura: ao Pai, pelo Filho, no Espírito. No “Espírito contra a carne, Espírito e liberdade”, apresenta os sentidos do termo “carne” e de como viver segundo o impulso do Espírito (p. 165 *et seq.*). O Espírito age na remissão dos pecados e nos faz verdadeiramente livres. Essa “liberdade da Igreja” assume, depois do Concílio Vaticano II, uma forma social crítica em relação ao peso de sua própria história. No último capítulo, “Os dons e os frutos do Espírito”, retomando São Paulo e Santo Tomás, aponta quais são os dons e os frutos provenientes da ação do Espírito.

A terceira parte tem como tema “A renovação no Espírito. Promessas e interrogações”. Trabalha em dois capítulos. Primeiramente, apresenta o lado positivo da Renovação Carismática. A mudança cultural, situação de pós-modernidade, impõe outras condições: vida social sem referência espiritual; religião torna-se questão pessoal e privada. Isso, no plano religioso, faz surgir grupos, espontâneos e livres, “autogerados”, com um estilo de oração às vezes espontâneo, pessoal e ao mesmo tempo comunitário, livre de iniciativa e não ordenado por um chefe mandatário. Mostra que a liturgia na Renovação é uma retomada do essencial em estado puro. Ela introduz o papel do corpo nos momentos de oração. Entretanto, o antiintelectualismo, um tanto pietista, é um perigo. Duvida que a Renovação possa se estender ao conjunto da Igreja, pelo estilo de reuniões e sessões. Agora, se não tiver essa pretensão, ela pode ganhar mais espaço. No segundo momento, apresenta questões sobre a Renovação. Aponta os vários significados que o termo “carisma” tem e questiona se não seria melhor utilizar termos como “renovação espiritual”, “renovação no Espírito” ou só “Renovação”. Critica o caráter imediato que ela desperta (imediatidade) da palavra, da presen-

ça, do falar em línguas. Suscita engajamento de vida comunitária, mas num sentido de relacionamento pessoal e inteiramente vertical com Deus. A resposta da Renovação é que, apesar do não engajamento na militância, eles exercem outras tarefas profissionais (na pesquisa, ensino, indústria, urbanismo). Ao fazer uma articulação entre o falar/orar em línguas no texto bíblico e nos dias atuais, diferencia a experiência de xenoglossia (falar línguas estrangeiras) da glossolalia (falar em línguas). Essa experiência aponta mais para a relação com Deus do que para a comunicação entre os homens. Apresenta críticas feitas a essa experiência. (p. 233 *et seq.*). Destaca, com São Paulo e os Santos Padres, a importância da “profecia” para a vida da Igreja e depois os dons que o Espírito concede. Mostra como São Paulo, os sinóticos, São João e Lucas, nos Atos dos Apóstolos, falam sobre o batismo no Espírito para depois apresentar o testemunho e a interpretação da Renovação. Aqui se usa também “efusão do Espírito” ou “renovação no Espírito Santo”: é uma abertura a todas as suas graças. Ao falar de Renovação e ecumenismo, diz que os movimentos foram feitos para se encontrar. A tarefa do ecumenismo não deve ser fusão precipitada das Igrejas, mas a consciência de seu caráter carismático. E, numa coexistência e colaboração estreitas e pacíficas, cada Igreja aprofunde e purifique seu próprio carisma. A Renovação e o ecumenismo visam à reunião de todos os discípulos de Cristo na unidade visível de sua Igreja. Conclui sua reflexão dando honra e glória à unidade que o Espírito Santo propicia na vida da Igreja cristã.

Ao longo de sua obra, Yves Congar procura demarcar a relevância do Espírito Santo para a vida da Igreja. Ele é participativo de todo processo ativo de unidade/comunhão, catolicidade e santidade na história da Igreja. É a partir do ângulo cristocêntrico que faz sua reflexão e análise da presença e atuação do Espírito. Livro bem fundamentado, suas amplas notas auxiliam e indicam o caminho para outros estudos.